

Uma introdução sobre a linguística popular da política de línguas¹

An introduction to the popular linguistics of language policy

Introducción a la lingüística popular de la política lingüística

Nathan Albury*

Universiteit Leiden (LEI)/Holanda/Países Baixos)

n.j.albury@bb.leidenuniv.nl

<https://orcid.org/0000-0002-3471-4939>

RESUMO

Os indivíduos de uma comunidade de falantes se ocupam de política de línguas. Eles interpretam e aplicam saberes populares e crenças sobre linguagem para dar vida a políticas linguísticas, e até mesmo criam medidas para resolver dilemas locais da língua. Esses indivíduos são, de fato, linguistas populares. A linguística popular examina as várias formas como um povo, sem treinamento linguístico, desempenha a linguística como ciência. Porém, no caso da política de línguas, a linguística popular tem se reservado a investigar a dinâmica sociocultural que diz respeito à vida pública. Proponho uma concepção holística da política de línguas dentro do programa de pesquisa da linguística popular. Isso possibilita um paradigma mais amplo para analisar não apenas o que o povo entende a respeito da política de línguas, mas também que tipo de conhecimento popular existe sobre políticas linguísticas, e quais saberes e crenças são aplicados por linguistas populares para desenvolver política de línguas.

¹ Tradução de Julio Bonatti Santos.

* Sobre o autor ver página 64.



PALAVRAS-CHAVE: Linguística popular; Política de línguas; Opiniões motivadas por crenças; Comentário etnográfico; Māori.

ABSTRACT

Individuals in a community of speakers engage in language policy. They interpret and apply folk knowledge and beliefs about language to bring language policies to life, and even create measures to resolve local language dilemmas. These individuals are, in fact, folk linguists. Folk linguistics examines the various ways in which a people, without linguistic training, performs linguistics as a science. However, in the case of language policy, folk linguistics has reserved itself to investigate the socio-cultural dynamics that concern public life. I propose a holistic conception of language policy within the folk linguistics research program. This allows for a broader paradigm to analyze not only what people understand about language policy, but also what kind of folk knowledge exists about language policies, and what knowledge and beliefs are applied by folk linguists to develop language policy.

KEYWORDS: *Folk linguistics; Language policy; Opinions motivated by beliefs; Ethnographic commentary; Maori.*

RESUMEN

Los individuos de una comunidad de hablantes participan en la política lingüística. Interpretan y aplican el conocimiento y las creencias populares sobre el idioma para dar vida a las políticas lingüísticas, e incluso crean medidas para resolver los dilemas del idioma local. Estos individuos son, de hecho, lingüistas populares. La lingüística popular examina las diversas formas en que un pueblo, sin formación lingüística, realiza la lingüística como ciencia. Sin embargo, en el caso de la política lingüística, la lingüística popular se ha reservado para investigar las dinámicas socioculturales que conciernen a la vida pública. Propongo una concepción holística de la política lingüística dentro del programa de investigación en lingüística popular. Esto permite un paradigma más amplio para analizar no solo lo que las personas entienden sobre las políticas lingüísticas, sino también qué tipo de conocimiento popular existe sobre las políticas lingüísticas y qué conocimientos y creencias aplican los lingüistas populares para desarrollar la política lingüística.

PALABRAS-CLAVE: *Lingüística popular; Política lingüística; opiniones motivadas por creencias; Comentario etnográfico; Maori.*

1 Introdução

Por muito tempo se tem admitido que a política de línguas, enquanto um campo de pesquisa, se estende para muito além do discurso oficial de autoridades. Ao invés disso, a política de línguas também engloba estruturas compartilhadas sobre usos e controles das línguas conforme essas são entendidas, postas em prática e mesmo criadas por um conjunto vasto de atores na sociedade, como indivíduos, famílias e comunidades que são incumbidas da tarefa de resolver problemas linguísticos locais. Uma diferença fundamental, todavia, é que, diferentemente dos que planejam e criam as políticas oficiais de línguas, os quais se presume deterem certo nível de treinamento linguístico que

os tornam qualificados para realizarem seu trabalho, esses indivíduos, famílias e comunidades não são, na grande maioria dos casos, nem linguistas ou capacitados profissionalmente como linguistas. O *status* de não-especialistas em linguística, porém, não os impossibilita de se basearem em seus conhecimentos e crenças sobre linguagem para executar ou mesmo criar políticas de línguas. Eles rotineiramente decidem como, quando e onde usar a linguagem e, de fato, como resolver problemas linguísticos. Esses não-especialistas são, com efeito, linguistas populares no que diz respeito à política de línguas.

Diante disso, entendo que situar a política de línguas como um claro tópico da pesquisa em linguística popular significa um grande avanço. Até então, a linguística popular tem comumente, e muito apropriadamente, feito contribuições com descrições de crenças linguísticas e ideologias que serviram para contextualizar e ampliar os exemplos da política de línguas. As perspectivas etnográficas também têm analisado as interpretações socioculturais e apropriações da política de línguas para inspecionar organizações sociais acerca de linguagem, levantando respostas para diretrizes políticas.

Nenhuma abordagem é, todavia, fundamentalmente linguística, nem vai além das crenças e análises culturalmente orientadas dos casos em política de línguas. Aplicar uma lente explicitamente da linguística popular para a política de línguas, porém, permitiria a pesquisadores descobrir seus mecanismos, por meio de uma perspectiva linguística primária, e como ela é posta em prática por não-linguistas. Isso estende a pesquisa em linguística popular sobre política de línguas para além das opiniões etnográficas ou aquelas motivadas por crenças – as quais encontram sua origem na sociologia da linguagem ou na antropologia linguística – para incluir a natureza e utilidade dos conhecimentos da linguística popular nos propósitos das atividades de política de línguas – o que, por sua vez, encontra sua gênese na linguística aplicada. Para ilustrar essa proposta, refletirei aqui a partir do que observei pessoalmente sobre casos de não-linguistas interpretando, implementando e criando políticas de língua no espaço de trabalho durante meu período laboral como funcionário do serviço público na Nova Zelândia e Austrália; com isso, mostrarei como a pesquisa em linguística popular pode ter ajudado a desconstruir as deliberações e decisões de indivíduos observados por mim.

2 O que é linguística popular e por que estudá-la?

A linguística popular é, em termos simples, o estudo de como o povo fala sobre linguística como uma forma de produzir ciência popular. Pais recorrem a saberes médicos de não-especialistas para amainar os males de uma criança doente e moradores de cidades com propensão a terremotos explicam a novos residentes os mecanismos daquela falha geológica. Ao fazer isso, eles não necessitam se apoiar em nenhuma expertise em medicina ou em geologia. No mesmo sentido, o povo se vê no direito e põe em prática conhecimentos da linguagem e de linguística. Enquanto a linguística é uma disciplina acadêmica, discussões e aplicações de conhecimento linguístico não são exclusivamente atividades de linguistas treinados. Ao contrário, a língua, o fenômeno da linguagem e a busca por resolver problemas linguísticos são de amplo interesse de pessoas e das comunidades em geral. Na Nova Zelândia, por exemplo, alguém pode ouvir o povo dizendo que “o inglês é a língua mais difícil do mundo de

aprender”, ou que “minha filha não vai aprender inglês corretamente se eu a criar por meio de uma educação bilíngue”. Certamente, linguistas profissionais iriam rapidamente desconsiderar essas asserções, mas a questão é: isso que o povo reivindica saber sobre assuntos linguísticos – seu *conhecimento linguístico popular* – é de grande interesse acadêmico. Além de possuir conhecimento, o povo também expressa crenças sobre características específicas da língua e da linguística: eles podem expressar atitudes em relação a línguas específicas, sotaques ou dialetos, realizar julgamentos sobre a necessidade de um bilinguismo, ou mesmo sobre a política de línguas. A pesquisa em linguística popular está, portanto, interessada naquilo que o povo *sabe* sobre linguística, a despeito da precisão empírica desse conhecimento; o que ele *sente* sobre tais temas e, potencialmente, em que medida seus conhecimentos e crenças são utilizados como forma de *fazer* linguística.

2.1 A linguística popular até o momento

Curiosamente, pesquisar o que o povo tem a dizer sobre linguagem é uma empreitada relativamente recente. Como McGregor (2001) explica, apesar de os “usuários ordinários da língua” serem comumente as fontes de informação ou o assunto das pesquisas em linguística descritiva, “suas contribuições para argumentos e teorias em geral não têm sido muito bem exploradas” (p. 480). No entanto, em 1966, com a Conferência de Sociolinguística da Universidade da Califórnia, a convocação de Hoeningswald para pesquisas não apenas sobre o que as pessoas falam, mas também como elas reagem ao que as outras pessoas falam, serviu para acelerar o interesse a respeito da linguística popular (NIEDZIELSKI; PRESTON, 1999, p. 2). Essa é a situação, especialmente desde a década de 1990, quando o pesquisador estadunidense Dennis Preston tomou a dianteira para mostrar que “a informação popular sobre linguagem... é essencial para as pesquisas em sociolinguística” (PRESTON, 1993c, p. 182).

O próprio Preston dedicou muita atenção na aplicação da ótica da linguística popular à dialetologia (veja, por exemplo, 1986, 1993a, 1993b, 1993c, 1996b, 2002; 2011). Ele revelou aquilo que o povo sabe, e sente, sobre a variação dialetal nos Estados Unidos e sobre onde o “melhor” inglês estadunidense seria perceptivelmente falado, de acordo com entrevistados de diferentes regiões. A inovação de Preston, aplicada em seu estudo de 147 entrevistados no sudeste do estado de Michigan (1996), foi mobilizar esse tipo de conhecimento perguntando aos entrevistados para apontarem em um mapa dos Estados Unidos onde eles acreditavam que diferentes dialetos eram usados e, além disso, para indicarem, usando uma *escala distinta*, quão diferente ou similar as variações eram. Com o auxílio de análise computacional, Preston desenvolveu um mapa dialetal geral dos Estados Unidos como ele era entendido pelo conhecimento popular dos entrevistados em Michigan. Outros estudos embasados na pesquisa de Preston surgiram, como o mapa dialetológico do estado de Ohio, de Benson (2003), e o trabalho de Pearce (2009) sobre a variação dialetal percebida na região noroeste da Inglaterra. O valor sociolinguístico da dialetologia popular pode ser óbvio, uma vez que ele diz respeito à adoção de fronteiras percebidas da língua. Todavia, a natureza social e culturalmente situada da pesquisa em linguística popular é de um interesse mais vasto nas ciências sociais, na medida em que a dialetologia popular revela identidades discursivas, solidariedades e marginalizações.

Indo além da dialetologia, estudiosos também se debruçaram sobre o problema da aquisição da linguagem como um campo fértil para a linguística popular: Chavez (2009) estudou algumas concepções dos aprendizes de alemão nos Estados Unidos por intermédio de uma abordagem metodológica mista, de questionários e entrevistas. Fazendo isso, a pesquisadora buscava revelar o que os estudantes de línguas diziam saber sobre alemão, incluindo a distância linguística entre o alemão e o inglês, antes e depois de os alunos iniciarem os estudos, e então comparar esses resultados vis-à-vis com o conhecimento de especialistas em linguística. Em 2013, Pasquale e Preston (2013) inovaram com um estudo etnográfico de linguística popular acerca de como estudantes e professores de línguas nas escolas de Ensino Médio e de universidades, nos Estados Unidos, enxergam sobre suas funções. Essa pesquisa, usando uma abordagem discursiva, revela um “conflito entre as crenças de professores e alunos, bem como entre a opinião popular e a opinião linguística ou pedagógica predominante ou ‘adquirida’” (PASQUALE; PRESTON, 2013, p. 173). Novamente, o impacto potencial desses estudos é significativo: a coleta de concepções populares sobre a aprendizagem de línguas é responsável por conectar “crenças culturais individuais e comunitárias, que apresentam motivações e ações subsequentes” (CHAVEZ, 2009, p. 1). É importante notar que esse conhecimento pode ser aproveitado para melhorar as estratégias pedagógicas.

Expandindo ainda mais esse campo, textos específicos foram situados como objeto de estudo da linguística popular. Verschik e Hlavac (2009) usaram a linguística popular para examinar a canção estoniana *Eto Leto Svet* no festival Eurovision de 2008. Interessa-nos aqui o fato de que a canção estoniana foi cantada como uma imitação da língua sérvia. Os pesquisadores investigaram as técnicas utilizadas pelos compositores estonianos para imitar e estereotipar o sérvio, junto com subsequentes ações de linguística popular na Estônia, na Sérvia e na Croácia. Entre outras descobertas pertinentes, Verschik e Hlavac (2009) identificaram uma resistência ideológica a canções bilíngues nos três países (p. 55), e queixas significantes entre estonianos para entender palavras sérvias de base muito próxima ao russo (p. 56). Além disso, os sérvios não consideravam incoerentes ou desagradáveis as letras sérvias como sendo da mesma forma depreciativas, a exemplo de expressões pejorativas em outras sociedades (p. 61). Llewellyn e Harrison (2006) realizaram um duplo exame de comunicações e resultados de interpretações de linguística popular feitas por trabalhadores. Isso incluiu analisar como as pessoas interpretam as práticas linguísticas de gestores, como o uso de um léxico específico, modalidade e transitividade, junto com atitudes populares relacionadas a essas práticas linguísticas. A pesquisa descobriu que as crenças populares sobre a natureza e as características da linguagem administrativa geralmente influenciavam em como eles descreviam e respondiam, também com suas atitudes, a comunicações gerenciais específicas.

Discussões feitas por Schiffman (1995; 2006) sobre a mitologia como conhecimento popular são especialmente esclarecedoras do porquê as perspectivas linguísticas populares merecem atenção. Schiffman conceitua falantes em uma comunidade linguística como inscritos em uma cultura linguística única, que ele vê como as “ideias, valores, crenças, atitudes, preconceitos, mitos, restrições religiosas e todas as outras ‘bagagens’ que os falantes trazem para suas relações com a linguagem” (SCHIFFMAN, 2006, p.

112). A pesquisa em linguística popular, de acordo com Schiffman (1995, p. 10), é uma base empírica sólida para se descobrir uma cultura linguística, incluindo suas crenças sobre linguagem. Ele discute especialmente como os mitos de um povo podem ter diretrizes que moldam e constituem verdades locais, mesmo onde eles são, de fato, apenas mitos. Para dar um exemplo, existia entre os franceses um mito, do qual há muito tempo estão convictos, de que havia uma política de língua antiga, purista, oficial e generalizada do francês, quando na verdade isso não existira até a *Loi Toubon*, dos anos 1990. Este mito, ou conhecimento de linguística popular inspirado por uma tradição de discurso fervoroso lançado contra línguas não-oficiais em território francês, foi bastante difundido e acreditava-se que ele contribuiu para legislação de fato. A formalização do acordo foi provavelmente desnecessária porque o poder do saber popular havia preenchido seu lugar (SCHIFFMAN, 2006, p. 117-119). Mitos linguísticos também prevalecem em outros lugares: na Nova Zelândia, um exame antropológico de cartas ao editor do jornal Otago Daily Times revelou, junto com uma série de opiniões de não-linguistas, o que Bayard (1998) identificou como uma mitologia popular prejudicial à sociedade. Isso incluiria que o termo Pākeha (usado para se referir aos neozelandeses de ascendência europeia) significa "larva branca" (p. 11); que o inglês da Nova Zelândia estava decaído por meio de uma mutilação linguística (p. 8-9), e que os alunos da Nova Zelândia precisavam de uma "linguagem lógica" como o latim para ajudá-los a pensar (p. 8). É certamente improvável que esses mitos são idiossincráticos, mas, em vez disso, passam por um filtro de contexto sociocultural, como a noção de cultura linguística de Schiffman. Preston (1996a, p. 56) tem a mesma opinião e aponta que as perspectivas orientadas sócio e culturalmente sobre a linguagem influenciam nas discussões de linguística popular antes dos fatores puramente linguísticos. Tais mitos são, portanto, manifestações de um sistema de crenças que lhes dá vida num primeiro momento: as leis míticas da língua francesa refletiam uma forte ideologia do nacionalismo linguístico francês; os exemplos da Nova Zelândia podem ter refletido características das relações raciais em Otago naquela época, junto com a perpetuação de ideologias linguísticas europeias que não podiam dar destaque à língua falada na Nova Zelândia.

A opinião linguística popular, com suas verdades objetivas, crenças e até mitos, pode, portanto, servir como um *locus* valioso para se descobrir crenças e ideologias. Na verdade, o conhecimento e as crenças linguísticas populares são locais, compartilhados e maleáveis, de uma lógica social e culturalmente situadas, o que significa que as opiniões da linguística popular podem ser vistas não apenas como um fenômeno individual, mas como uma abertura para sistemas programáticos de crença e compreensão linguísticas em uma comunidade. Conseqüentemente, e como uma forte justificativa para essa disciplina, as opiniões da linguística popular são interessantes não apenas de um ponto de vista linguístico: elas dão expressão para as culturas, trabalhos e ideologias de uma comunidade e como isso se relaciona com a linguagem. Do mesmo modo que ocorre com qualquer pesquisa sobre linguagem e ideologia, as discussões da linguística popular podem ser valiosas para uma gama muito mais ampla de projetos em ciências sociais.

2.2 Em defesa da disciplina

Como uma disciplina que está necessariamente interessada no conhecimento de não-especialistas, a validação da linguística popular dentro de um programa de pesquisa não ocorre sem algumas críticas. Um compromisso dos especialistas em linguística com conhecimentos sem fundamento empírico pode, por essa razão, parecer trivial. A linguística convencional tem muitas vezes sido cética em relação aos estudos em linguística popular – especialmente pela maneira como ela concebe o conhecimento linguístico popular – com base no fato de que a opinião de não-especialistas “é desinteressante, desinformada, desqualificada e mesmo perigosa” (WILTON; STEGU, 2011, p. 1). Como explica Paveau (2011, p. 48-51), uma posição mais taxativa argumentaria que o conhecimento popular é baseado no infundado senso comum da população, tornando o conhecimento popular propício de ser eliminado como fato empírico. Há outros argumentos propondo que o conhecimento linguístico popular pode ser empobrecido ou inacessível, um ponto abordado mais profundamente por Niedzielski e Preston (2003). As preocupações aqui são, basicamente, que o povo, por não ser especialista, pode carecer de vocabulário linguístico suficiente para descrever um fenômeno linguístico específico e que, além disso, é muito difícil de adentrarmos de fato no conhecimento popular. Esse é um risco que correm especialmente pesquisas que usam uma abordagem interrogativa direta, na busca da consciência da população sobre assuntos estruturais da linguagem altamente específicos, como regras ou modalidades sintáticas. Da mesma forma, se as pessoas forem solicitadas a revelar diretamente seu conhecimento ou atitudes, elas podem estar inclinadas a “assumir posições que apresentam uma imagem otimizada de si mesmas” (NIEDZIELSKI; PRESTON, 1999, p. 9). Nesse sentido, o *paradoxo do observador* sugere que, quando os entrevistados estão cientes de que seu comportamento em relação à linguagem está sendo investigado, o próprio comportamento corre o risco de perder a naturalidade (WEL, 1994, p. 83-84). Um pesquisador de linguística popular pode, em vez disso, preferir uma abordagem etnográfica para revelar o conhecimento popular em um ambiente de pesquisa mais naturalizado. Mesmo assim, há o risco de que as observações etnográficas levem a uma explicação do pesquisador sobre determinados comportamentos linguísticos, em vez de levar ao próprio conhecimento linguístico popular.

Um risco que não deve ser subestimado é que os próprios entrevistados podem alegar não possuir nenhum conhecimento, nem opiniões formuladas sobre o tema da pesquisa. Com isso, quero dizer que o impacto da pesquisa linguística popular é necessariamente limitado à medida que os entrevistados se dão conta dos temas em discussão. Por exemplo, pesquisas na Nova Zelândia sobre as diferenças entre as variedades de inglês neozelandês e australiano provavelmente resultariam em um conhecimento substancial da linguística popular, uma vez que esse fenômeno é amplamente difundido no discurso da população da Nova Zelândia em geral. Isso já seria improvável caso a pesquisa envolvesse um tema discursivamente menos proeminente, como a genealogia da língua ou as regras sintáticas da língua māori. Dependendo das intenções do pesquisador é possível, todavia, que a ausência de conhecimento ou opinião pode ser em si uma descoberta linguística popular valiosa. Isso pode ajudar a entender os parâmetros e vieses do conhecimento linguístico popular, porque apresentaria

não apenas o que o povo sabe e acredita, mas também quais áreas da linguística o povo parece não se envolver.

Preston (1996a) fez algumas reflexões sobre os limites e alcance do conhecimento linguístico popular. Ele propõe que a consciência linguística do povo é examinável em vários *modos*, incluindo, num primeiro momento, a extensão do tipo de conhecimento linguístico que está *disponível* para a população. Dessa perspectiva, existe um *continuum* entre o povo simplesmente não ter opinião sobre um tema específico e o fato de o povo apenas discutir alguns assuntos se eles surgem ou são cuidadosamente descritos pelo pesquisador, levando em conta também entrevistados que falam apenas sobre certos temas que são do conhecimento comum. A extensão desse prospecto pode, é claro, diferir entre os respondentes individuais, mas provavelmente seria influenciada pela proeminência do componente linguístico no discurso geral da comunidade. Isso explicaria, por exemplo, por que o povo da Nova Zelândia pode fornecer mais opiniões sobre o inglês na Australásia, do que sobre a genealogia da língua māori. O segundo modo diz respeito ao *grau de precisão* do que as pessoas dizem sobre um determinado tema. Como já foi reiterado, a exatidão empírica em si não é uma preocupação primária da pesquisa em linguística popular. No entanto, o grau de precisão pode, é claro, constituir uma descoberta empírica importante e irá caracterizar a fala popular na perspectiva de um linguista. O terceiro modo diz respeito ao nível de *detalhe* ao qual o povo se engaja em um tema linguístico, como se o povo oferecesse uma discussão específica ou generalizada. Isso pode parecer estar relacionado diretamente com o primeiro modo, mas pode não ser o caso. Por exemplo, o conhecimento popular sobre as diferenças entre as variedades do inglês na Australásia pode estar altamente difundido, mas a narrativa sobre as questões linguísticas que ele inspira pode ser generalizada em vez de detalhada em termos de descrição de fenômenos lexicais ou fonológicos específicos. Finalmente, o quarto modo diz respeito ao *controle* dos linguistas populares. Esse modo se aplica, na maioria dos casos, a temas relacionados aos fenômenos de produção da linguagem e à avaliação dos entrevistados, se estes podem reproduzir de forma controlada uma característica da linguagem em particular. Isso pode incluir, por exemplo, se um entrevistado é capaz de imitar de forma satisfatória um sotaque ou dialeto particular, ou apenas descrevê-lo em termos gerais (PRESTON, 1993c, 1996a).

Essas modalidades propostas por Preston provam que a natureza da fala na linguística popular é, se olharmos com mais cuidado, necessariamente complexa. Na medida em que os seres humanos usam a linguagem, é mais do que provável que eles possam refletir sobre essa sua capacidade, além de falarem sobre ela como um fenômeno social e científico. A possibilidade de pesquisar esses tipos de reflexão traz contribuições valiosas para a compreensão do fenômeno da linguagem na sociedade. Para a linguística aplicada, isso não se deve ao fato dessa disciplina ser, por uma questão de princípio, preocupada com os "problemas linguísticos de não-linguistas" (WILTON; STEGU, 2011, p. 1). Para Paveau (2011), uma posição realista mais atualizada, baseando-se na tradição da psicologia popular, considera as opiniões populares sobre a linguagem "aceitáveis e podem ser incorporados à teoria linguística, uma vez que fornecem descrições importantes e organizadoras da língua, mas não podem servir como base para uma teoria geral da linguagem" (PAVEAU, 2011, p. 51). Uma posição mais

abrangente, que Paveau usa para descrever a abordagem epistemológica de Preston, vê o conhecimento popular como legítimo, pois, "se o povo fala sobre a linguagem, ele deve, é claro, saber (ou pelo menos acreditar que sabe) algo sobre ela" (NIEDZIELSKI; PRESTON, 1999, p. 10).

O pressuposto dessas posições está no raciocínio de que não importa se o que as pessoas dizem é empiricamente correto, mas que o conhecimento popular constitui "processos dinâmicos que permitem que não-especialistas forneçam uma descrição de seus mundos" (PRESTON, 1994, p. 285). Uma análise cuidadosa do comentário linguístico popular pode, de fato, "mostrar padrões e consistências da crença popular" (PRESTON, 1994, p. 286). Isso é verdade também porque os parâmetros do conhecimento da linguística popular estabelecem a base central sobre a qual o povo tem condições de opinar sobre temas de linguagem, ou compartilha conhecimento linguístico e faz julgamentos relacionados a línguas. Para retornar ao exemplo das opiniões populares oferecidas no início deste texto, acreditar que o inglês é uma língua inerentemente difícil poderia, por exemplo, servir para legitimar porque um novo migrante para a Nova Zelândia enfrenta dificuldades para aprender inglês ou até mesmo, por motivos linguísticos duvidosos, exagerar a conquista do domínio do inglês como língua estrangeira. Da mesma forma, o conhecimento popular sobre bilinguismo e cognição infantil poderia, apesar do incentivo de linguistas e comunidades linguísticas, levar as famílias a abandonarem a diversidade linguística em favor do monolinguismo. Para entender como esses fatos podem basear ações, Wilton e Stegu (2011) vão mais longe ao dizerem que "investigar a linguística popular é particularmente importante para quem se autodenomina 'um linguista aplicado'" (p. 2).

2.3 Definindo o que é popular

É algo patente que o que as pessoas dizem sobre línguas e linguística é um terreno fértil para pesquisas, e que a conversa popular pode oferecer *insights* que vão além do domínio da linguística apenas. Mas, quem exatamente são essas pessoas? Como sugere Paveau (2011), essa é "uma das questões mais espinhosas da linguística popular" (p. 41). A associação de conotações negativas com o termo *popular* torna a tradição da linguística popular consciente do risco que corre por existir uma predisposição depreciativa em relação ao conhecimento de não-especialistas. Isso ocorre especialmente quando o conhecimento popular é percebido como semelhante às *teorias leigas*, bem como semelhante a quaisquer associações que as teorias leigas representem para as massas sem instrução. Preston (2011), já identificado como um importante estudioso em linguística popular, reitera que ele "definitivamente *não* usa o termo para se referir a grupos rurais, marginalizados, menos educados ou romantizados ('pitorescos')" (p. 15). Em vez disso, o termo *linguista popular* é mais bem definido como um *não-linguista*; uma pessoa que não é especialista em linguística, mas que fala sobre temas linguísticos (PRESTON, 2011, p. 15). Isso ressalta o propósito central da pesquisa em linguística popular, não como uma busca para avaliar a precisão empírica do que o povo pensa, mas para examinar *o que* o povo diz e *por que* diz.

Isso faz alusão a uma interessante dicotomia fixada entre o povo e os linguistas, mas na realidade as infinitas maneiras como o povo pode se envolver na linguística inevitavelmente significa que a extensão e a qualidade do

conhecimento linguístico popular são muito diversificadas (WILTON; WOCHÉLE, 2011, p. 55). A própria natureza de ser ou não um especialista pode ser submetida a um exame crítico, pois a expertise pode ser construída discursivamente, e não adquirida por qualificação (WILTON; STEGU, 2011, p. 2). Dizendo de outro modo, se um não-especialista for considerado um experto e tiver esse título, pode assumir o estatuto de experto, apesar da ausência de qualificação profissional. Os discursos midiático e político são um bom exemplo de como se pode facilitar essa transformação. Atualmente, talvez isso seja especialmente evidente em outras ciências populares, como quando um político fala com autoridade – não necessariamente com treinamento científico – sobre um tema como a mudança climática. Se o discurso legitima esse comentário, pode ser criada discursivamente uma verdade de que o político tem mais do que apenas conhecimento popular. Da mesma forma, seria difícil argumentar que a própria opinião de qualquer cientista é, em todos os aspectos, absolutamente nula de conhecimentos ou de interpretações populares (PAVEAU, 2011; Preston, 2011), especialmente onde o conhecimento popular é programático na medida em que recrudescer a pesquisa e o discurso dos especialistas. A dicotomia entre povo e linguista pode, portanto, tornar-se confusa.

Por outro lado, essa distinção se torna complexa, pois há muito mais membros da sociedade que se valem do conhecimento relacionado à linguística que não apenas os linguistas. Em vez de manter uma dicotomia entre linguistas populares e linguistas especialistas, Paveau (2011, p. 42-43) propõe um *continuum* gradual de papéis linguísticos intercambiáveis com base em percepções de sua pesquisa *La Langue Française – Passions et Polémiques* (PAVEAU; ROSIER, 2008). Em uma extremidade deste *continuum* há *linguistas profissionais*. Na outra extremidade estão falantes comuns, como a maioria dos linguistas populares. Existe uma gama de papéis intermediários, incluindo linguistas amadores, que podem ser advogados usando análise semântica para realizar seu trabalho, ou *logófilos* e *glossomaniacos* fanáticos por outras línguas que criam novas palavras para o léxico de uma língua. Outros ainda incluem *escritores* e *ensaístas* que fazem uso de uma linguagem prescritiva e descritiva, assim como *corretores/editores/revisores* e *ludolinguistas*, como comediantes, que usam fenômenos linguísticos para criar seu humor. Pelo menos alguma quase-expertise em linguística é, embora de formas diferentes, um aspecto dessas funções intermediárias. Cabe aqui ressaltar que linguistas amadores podem não ter adquirido seu conhecimento linguístico por meio do treinamento linguístico tradicional. Tal *continuum* é instrumental no sentido que ajuda a articular as várias maneiras pelas quais o povo – especialistas, não-especialistas e aqueles que estão na transição entre ambos – pode fazer linguística.

Todavia, alguma forma de dicotomia entre linguistas e não-linguistas é útil porque a essência da linguística popular é pensar uma diferenciação entre aqueles que têm *conhecimento ordinário* sobre linguística e aqueles cujo conhecimento vai além disso (WILTON; STEGU, 2011, p. 5). Como tal, é também útil definir um não-linguista como alguém que não tem formação (acadêmica ou profissional) nem trabalha na área da linguística (WILTON; STEGU, 2011; WILTON; WOCHÉLE, 2011). Isso, é claro, não resolve o pressuposto construtivista de que o povo às vezes pode parecer especialista e que especialistas podem utilizar o conhecimento popular, tampouco afeta a definição

de Paveau sobre o papel dos quase-linguistas. No fundo, essa dicotomia fornece alguma forma viável para projetos de linguística popular. E isso não quer dizer que a natureza, discursiva e fluida, dos papéis representados por especialistas e pelo povo deva ser ignorada; ao contrário, os pesquisadores da linguística popular podem permanecer cientes de que essa ambiguidade existe e que ela pode se manifestar em seu trabalho de campo.

3 Linguística popular e política de línguas: uma relação incompleta

Embora possamos conceber que a ótica da linguística popular seja aplicável a qualquer tópico linguístico sobre o qual o povo possa falar (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2009, p. 149), isso ainda não foi desenvolvido de forma abrangente no caso da política de línguas. Esse fato é interessante, porque, sem dúvida, a linguística popular é tematicamente semelhante às pesquisas sobre política de línguas: tal afirmação é especialmente verdade quando os temas de investigação na linguística popular dizem respeito a perspectivas baseadas em crenças ou compromissos com questões de gestão de línguas na sociedade. Nesses casos, a opinião popular sobre a língua pode estar profundamente imersa em crenças sobre a linguagem e a organização dos resultados da pesquisa linguística popular pode, na verdade, se tornar “indistinguível da etnografia da linguagem” (PRESTON, 2011, p. 16).

Como é natural que as crenças venham à tona nos comentários da linguística popular, a ligação entre esta e a política de línguas é mais do que clara. As crenças e ideologias linguísticas de uma comunidade são componentes essenciais da política de línguas paralela aos esforços de qualquer autoridade para administrar uma situação linguística com leis e políticas oficiais. E isso acontece principalmente porque vemos as normas e expectativas sociolinguísticas se manifestarem nas comunidades de falantes, mesmo quando a política está ausente. Spolsky (2001; 2004; 2009) vê as crenças linguísticas como uma característica paralela e independente da política de línguas, ao lado da gestão linguística e das práticas sociolinguísticas reais, exatamente porque as regras sociais e culturais que incidem sobre as línguas podem ser tão influentes *que atuam* como políticas oficiais. Com efeito, as ideologias que circulam sobre as línguas são “política de língua com o governo deixado de fora; é o que as pessoas acham que deve ser feito” (SPOLSKY, 2004, p. 14), todavia separadas do que a política oficial prescreve, porque podem se mostrar uma perspectiva e uma diretriz do real comportamento linguístico da população (BLOMMAERT, 2006, p. 241). Assim, para examinar de forma abrangente as políticas linguísticas, não se deve olhar exclusivamente para os discursos políticos oficiais: eles contêm apenas parte de uma história da política de línguas. Uma narrativa da política de línguas é incompleta se carece de *insights* sobre as ideologias linguísticas. Portanto, a linguística popular ocupa uma ótima posição para preencher esse vazio.

Dessa forma, a linguística popular pode ser vista como contribuidora para a política de línguas de duas maneiras distintas: pesquisando as crenças linguísticas populares, por meio da psicossociologia (BAKER, 2006), bem como por meio de estudos etnográficos de comunidades que se engajam ou se apropriam de determinadas políticas (CANAGARAJAH, 2006). Ambos podem revelar crenças de linguagem e ideologias, caso essas crenças sejam suficientemente programáticas. Os exemplos são numerosos, especialmente

porque os projetos comumente usam abordagens linguísticas populares, mesmo que os pesquisadores não tenham rotulado abertamente seus trabalhos como pertencentes ao programa da linguística popular, os quais, contudo, revelam esta perspectiva quando tratam da política de línguas. Por exemplo, Marley (2004) pesquisou as atitudes de estudantes e professores do Ensino Médio em relação ao francês, árabe e bilinguismo após uma série de mudanças institucionais na política de línguas instituídas pelo governo marroquino e encontrou ideologias que apoiam a medida política do bilinguismo. Da mesma forma, McEwan-Fujita (2010) conduziu entrevistas na Escócia para revelar ideologias que afetam a revitalização da língua gaélica e descobriu um processo de socialização da língua que tendia cada vez mais ao inglês e, conseqüentemente, reduzia as oportunidades para o gaélico. Os resultados dessas pesquisas mostram que, mediante uma abordagem linguística popular direta – mesmo que esses projetos não sejam marcados como pertencentes a essa disciplina –, eles demarcaram e ilustraram as ideologias linguísticas por trás de uma medida política.

A etnografia da política de línguas, proposta pela primeira vez por Hornberger e Johnson (2007), oferecem uma abordagem indireta para revelar respostas de nível comunitário à política de línguas, assim como crenças a ela associadas. Seu valor é que a pesquisa pode deixar de focar no poder e no campo político como "necessariamente monolítico" (JOHNSON, 2009, p. 155) e, em vez disso, examinar as respostas de baixo para cima às intervenções feitas de cima para baixo pelas autoridades. Com isso, pode-se desenvolver "teorias fundamentadas sobre a língua como ela é praticada em contextos locais" (CANAGARAJAH, 2006, p. 153). Como "os processos de implementação de políticas podem ser variados e os resultados das políticas surpreendentes" (CANAGARAJAH, 2006, p. 154), a etnografia é valiosa para compreender como se organizam as relações sociais em resposta às políticas linguísticas. Também é útil para analisar o nexos entre os objetivos da política no nível macro e a apropriação dela no nível micro, bem como qualquer desconsideração ou rejeição de determinada política. O estudo etnográfico de King (2000), sobre duas comunidades Saraguro no Equador, examinou negociações realizadas a nível comunitário entre as línguas espanhola e quíchua no contexto da revitalização da língua quíchua. Essa etnografia conseguiu revelar atitudes e ideologias linguísticas díspares que impactam nos caminhos da revitalização da língua quíchua como um projeto, incluindo crenças que são hostis ao renascimento dessa língua. Johnson (2009, p. 156) forneceu um relato etnográfico de como as políticas de aquisição de linguagem são interpretadas e apropriadas em um distrito escolar da Filadélfia, tendo como referência os agentes de políticas públicas, suas metas, os processos, os discursos e o contexto social e histórico. Isso o levou a concluir que as análises críticas de textos de política de língua combinada com a coleta de dados empíricos sobre interpretação e apropriação das políticas é a melhor prática para uma etnografia da política de línguas (JOHNSON, 2009, p. 156). De qualquer forma, esses exemplos ilustram como a etnografia é uma abordagem de grande importância para a ampliação das pesquisas sobre política de línguas.

Contudo, as pesquisas que abordam diretamente as crenças linguísticas e a etnografia da política de línguas não são sinônimos de um estudo em linguística popular sobre política de línguas que proponho. Esses dois paradigmas se baseiam apenas parcialmente na tradição da linguística popular, na

medida em que buscam revelar crenças, contextos sociais e culturais, mas não *conhecimento popular* ou *performance* em si. Isso fica claro se levarmos em conta que estudos sobre as atitudes linguísticas se valem da psicologia social, e a etnografia da política de línguas segue o exemplo da antropologia. Essas perspectivas contextualizam a política de línguas para que se conformem com tradições, pressões e preconceitos que existem além do domínio de qualquer política oficial, mas que moldam as respostas da comunidade a medidas governamentais sobre a língua. Nem são, tampouco se propõe a serem, fundamentalmente linguísticas em suas abordagens ou teorias. Elas são geralmente descritivas e, por definição, não examinam os não-linguistas que compartilham de conhecimento linguístico, nem fazem da política de línguas uma temática da linguística. As atitudes populares podem sugerir que tipo de conhecimento o povo possui, mas sua principal preocupação é com sua estruturação. As observações etnográficas dizem respeito a atuações, estruturas e crenças da comunidade, o que significa que os conhecimentos linguísticos não podem, por si só, ocupar o espaço mais importante em suas pesquisas. Isso não quer dizer que pesquisas sobre comportamentos linguísticos e a etnografia devam ser desconsideradas na abordagem da linguística popular sobre a política de línguas. Ao contrário, pesquisar comportamentos e atitudes continua sendo essencial para se descobrir crenças linguísticas populares; nesse sentido, a etnografia da política de línguas ainda continuará sendo uma base importante para entendermos como as políticas de línguas são recebidas ou rejeitadas por uma comunidade. No entanto, a pesquisa psicossociológica e a etnografia da política de línguas não podem cumprir o papel ou mesmo substituir a abordagem em linguística popular da política de línguas, mas, em vez disso, podem ser vistas como parte dela.

4 Uma introdução à abordagem linguística popular sobre a política de línguas: crenças, conhecimento e performance

A partir do aqui exposto, proponho que os estudos de linguística popular sobre a política de línguas seja uma abordagem linguística alternativa, complementar e fundamental para examinar as políticas linguísticas. Da mesma forma que a política de línguas pode ser estudada por meio de uma variedade de lentes psicossociológicas, etnográficas, políticas, pós-modernistas, geolinguísticas e econômicas (conferir: RICENTO, 2006), para uma visão geral das perspectivas teóricas e metodológicas, a linguística popular também oferece uma plataforma igualmente concisa. Estendo a relevância da linguística popular para a política de línguas no sentido de *também* examinar o que as pessoas afirmam *saber* sobre a política linguística e como elas podem *executá-la*. Isso posiciona a política de línguas como uma atividade a ser examinada de uma perspectiva linguística, ao invés de, antes de mais nada, da perspectiva de outra ciência social. O contexto sociocultural é, obviamente, crítico para a compreensão da natureza de qualquer política de língua; no entanto, esta abordagem aprimorada permite que as políticas linguísticas sejam estudadas da perspectiva da ciência popular. Espera-se que isso faça avançar a sugestão de Preston (1994), como um estudioso líder em linguística popular, de que "um programa de pesquisa moderno [levará os respondentes] por um caminho que eles não percorreram anteriormente" como "uma maneira produtiva de revelar conceitos populares" (p. 285).

O elemento que mostra o desempenho da minha proposta merece destaque. A tradição linguística popular se concentra fortemente nas crenças e conhecimentos linguísticos do povo, por isso sugiro que o desempenho linguístico popular também obtenha atenção especial na política linguística. Esse elemento não é novo para a linguística popular: o trabalho de Preston (1993c, p. 182-186) sobre como o povo imita os dialetos dos outros necessariamente se preocupou em como o conhecimento popular é realizado para imitar os comportamentos da linguagem, como sotaque e diferença dialetal. No entanto, o desempenho pode, é claro, ser aplicado de forma mais ampla para incluir como o povo dá vida e usa o conhecimento em seu dia a dia. Com isso, uma questão que se coloca é a seguinte: a dialetologia popular informa as decisões de escolher léxico e fonologia específicos para garantir que alguém seja compreendido ao visitar uma área dialetal diferente e quando isso seria apropriado? Perguntas semelhantes podem ser aplicadas às perspectivas populares sobre a aquisição de uma segunda língua: como as ideias preconcebidas sobre uma língua específica podem informar como um aluno se engaja no material de estudo prescrito e como um educador pode abordar a crença popular para melhorar a motivação do aluno? Este artigo não é o lugar para responder a essas questões, mas a relevância de considerar o desempenho na pesquisa linguística popular é, claramente, pertinente à linguística aplicada.

O desempenho linguístico popular pode até ser conceitualmente mais claro no caso da política de línguas: a teoria das políticas linguísticas já nos lembrou que seus agentes são vastos e numerosos. Ademais, os formuladores e executores da política de línguas não precisam ser linguistas, e são comumente membros da comunidade de não-linguistas, uma vez que a gestão da linguagem trata tanto de política quanto de políticas públicas (SCHIFFMAN, 1995, p. 2). Isso significa que o povo pode não apenas conhecer as políticas linguísticas e ter opiniões, mas também ocupar o centro do debate como criadores e implementadores de política de línguas. Isso cria um componente de desempenho para a linguística popular da política de línguas.

Se a linguística popular deve se preocupar com as crenças linguísticas do povo, com o conhecimento e o desempenho da política de línguas, então as oportunidades de pesquisa são tão vastas quanto o envolvimento popular com as políticas linguísticas e os interesses dos pesquisadores. Em uma revisão da literatura sobre política de línguas e linguística popular, exemplos de contribuições que se aproximam de uma abordagem linguística popular sobre a política de línguas que imagino são de Palmer (1974) e Sandel (2003). Palmer discute a situação precária dos professores de línguas em relação às políticas linguísticas. Em particular, ele propõe que, como as autoridades de formulação de políticas linguísticas muitas vezes incluem não-linguistas, eles frequentemente “usam a política de línguas para manter a repressão e a confusão porque são ignorantes a respeito da ecologia da linguagem” (PALMER, 1974, p. 225). Por sua vez, ele sugere que os professores de línguas frequentemente estão alheios à política de línguas do mundo real, como a relação do inglês com o colonialismo e a marginalização de vernáculos não padronizados. Como remédio para isso, ele propõe que os professores de línguas desenvolvam conhecimentos linguísticos relevantes realizando, obrigatoriamente, treinamento em política linguística (PALMER, 1974). Sandel investigou os impactos persistentes da política

nacionalista da língua mandarim entre 1945 e 1987 em Taiwan, que proibia estritamente os alunos de usar as línguas e dialetos locais como o tai-gi. A abordagem de Sandel foi conduzir uma série de entrevistas com jovens, adultos, pais e avós para solicitar suas perspectivas sobre os impactos dessa política. Isso revelou crenças generalizadas de que as políticas de línguas anteriores nas escolas moldaram as práticas de linguagem em domínios familiares nos dias de hoje (SANDEL, 2003, p. 547). Certamente, nenhum dos estudos correspondeu à linguística popular da política de línguas. Palmer é crítico, ao invés de lançar mão do conhecimento linguístico popular (ou da falta dele) que ele atribui aos formuladores de políticas linguísticas, e propõe como o conhecimento pode ser transformado. A abordagem de Sandel é inovadora, pois ele buscou observações populares sobre as consequências práticas de uma política de línguas. No entanto, seu foco principal foi buscar relatos de "experiências pessoais de quem aprendia a falar tai-gi em casa e mandarim na escola", assim como "as línguas que os pais usam (ou usavam) em casa com seus filhos e os motivos, ou ideologias de linguagem, que sustentam essa escolha de idioma" (SANDEL, 2003, p. 534). Isso significa que, embora ele tenha descoberto algumas crenças e narrativas linguísticas populares que explicam o desempenho linguístico popular, o conhecimento linguístico do povo em si não era um foco.

5 A linguística popular do serviço público

Na ausência de pesquisas existentes, sou levado a refletir sobre minhas observações em locais de trabalho que ocupei anteriormente na Nova Zelândia e no serviço público australiano, locais deveras propícios para se pesquisar a linguística popular da política de línguas. Em primeiro lugar, isso ocorre porque os locais de trabalho – escritórios centrais de políticas públicas em Wellington e Canberra – enfrentaram a diversidade linguística em assuntos internos e externos, o que significa que em algum momento surgem questões de política de línguas. Em segundo lugar, o local de trabalho era predominantemente composto por não-linguistas e os negócios ali tratados não diziam respeito à política de línguas em qualquer âmbito oficial. Em terceiro lugar, o papel de um funcionário público como um não-linguista da política de línguas me parece particularmente dinâmico: ele não só traz para esse papel conhecimentos e crenças para resolver os problemas de língua local, mas também deve representar e cumprir os interesses do governo. Isso traz uma riqueza variada ao conhecimento linguístico popular, às crenças e ao desempenho dos funcionários públicos.

5.1 Uma reflexão a partir da Nova Zelândia

Na Nova Zelândia, o governo incentiva explicitamente que serviço público opere de forma bilíngue, em inglês e em te reo māori, e a desenvolver a proficiência bilíngue do seu pessoal. O Estado neozelandês orienta as organizações públicas a criar e implementar seus próprios planos da língua te reo māori. O ímpeto dessa política, conforme relatado pela Te Taura Whiri (Comissão da Língua Maori), reside no interesse e na obrigação de revitalizar o te reo māori, elevar seu *status* em domínios linguísticos de alto perfil e responder a uma demanda cada vez maior por essa língua nos serviços que atendem a uma

crescente população Māori. A equipe do Te Taura Whiri pode ser considerada linguista profissional devido à sua função, obrigatória, de criar uma produção linguística. A responsabilidade de criar e entregar planos te reo em māori, e orientar os funcionários na execução desses planos, foi delegada a não-linguistas em organizações não-linguísticas orientadas para a realização de políticas.

Isso cria dois exemplos importantes em que a linguística popular da política de línguas se torna um projeto de pesquisa válido. No primeiro caso, a pesquisa poderia examinar o processo de não-linguistas em áreas corporativas de organizações públicas, desenvolvendo e implementando as diretrizes de política de línguas do Te Taura Whiri e do Estado. A pesquisa pode abranger, por exemplo, como o trabalho linguístico é interpretado e como temas linguísticos pertinentes, como a revitalização da língua e a política linguística nacional como conceitos linguísticos, são descritos e compreendidos antes e depois da sua realização. Ela pode buscar revelar como os linguistas populares empregaram recursos linguísticos para fundamentar seu trabalho. Também pode procurar identificar os pressupostos sociolinguísticos de suas organizações, tais como proficiências linguísticas existentes, atitudes percebidas em relação à língua e sua revitalização, além de entender como esses pressupostos guiaram o desenvolvimento e implementação de planos linguísticos. Também pode se interessar por como os linguistas populares planejaram abordar quaisquer ideologias linguísticas prevaletentes que pareçam hostis ao te reo māori, qual prioridade os linguistas populares deram à política de línguas dentro de sua ampla gama de responsabilidades, e o que o povo acreditava ser um plano de língua local eficaz. Pesquisas como essa atingiriam o cerne da máquina e da execução da política de línguas, porque analisariam as etapas que os não-linguistas tomam como implementadores das políticas linguísticas nacionais.

Podemos relacionar a isso um segundo exemplo propício, que está no papel da equipe do serviço público no engajamento (ou não) da política de língua nacional e do plano de língua local. Lembro-me especialmente do evento de despedida de um colega, onde ele fez um discurso consideravelmente longo no que parecia ser um nível avançado de te reo māori. O surpreendente disso foi que o colega era um neozelandês asiático sem ascendência māori, que o público de seu discurso era todo não māori, que ninguém na plateia era conhecido por ter mais do que proficiência te reo maori básica, que o escritório funcionava apenas em inglês e que seus colegas e eu não tínhamos, em sua maioria, essa competência linguística. Três linhas importantes de questionamento vêm imediatamente à mente: por que meu colega fez seu discurso em te reo māori, apesar do fato de que o público não entenderia? Que fatores meu colega pode ter relatado sobre o que o levou a aparentemente não usar o te reo māori anteriormente naquele local de trabalho? Que ações e narrativas podem explicar por que o discurso caiu em ouvidos surdos, embora as agências públicas da Nova Zelândia estivessem supostamente em um caminho para o bilinguismo operacional? A linguística popular pode ajudar a responder essas perguntas. Certamente uma perspectiva etnográfica é sem dúvida valiosa, pois poderia explorar a hipótese de que meus colegas podem ter se apropriado e facilitado uma ideologia de linguagem monolíngue, que existe na Nova Zelândia, em que a relação entre o inglês e o te reo māori é aquela em que o inglês é "a língua padrão, a língua 'de trabalho' para a vida normal na Nova Zelândia" (HARLOW, 2007,

p. 208), e a língua indígena preenche principalmente um papel simbólico ou cerimonial. No entanto, essa ideologia estaria em desacordo com o plano de língua local do governo na época: em vez de confinar o te reo māori a um *status* simbólico, o plano estava comprometido em fornecer oportunidades de equipes para aulas de idioma e encorajou o te reo māori nos negócios diários.

Essa oposição abre esse exemplo para uma pesquisa linguística popular mais ampla do que apenas a etnografia. A pesquisa crítica da política de línguas pode argumentar que o plano linguístico estava destinado ao fracasso porque a política de línguas não pode ter sucesso se não “se conformar com as atitudes expressas dos envolvidos” (LEWIS, 1981, p. 262). No entanto, a linguística popular poderia interrogar mais profundamente sobre o conhecimento, as deliberações e as ações de indivíduos que se manifestaram em uma situação que favorecia uma ideologia em vez de uma política oficial. Por exemplo, a pesquisa poderia revelar se indivíduos não-linguistas conheciam a política e o plano oficial da língua, que consideração eles tinham por eles e quão relevantes eles os consideravam para suas necessidades. Uma entrevista com o colega que estava de partida pode ter revelado o que ele sabia sobre a ideologia monolíngue, se ele a endossou ou a contestou, se a adotou como um guia proeminente para a linguagem no local de trabalho ou se outra motivação linguística estava em jogo. Também pode ter procurado identificar as concepções que ele sustentava sobre seu ambiente sociolinguístico, sobre os impactos de sua decisão e se ele empregou recursos linguísticos, culturais e materiais para apoiar seu discurso como um ato de política linguística. Entrevistas com outros funcionários poderiam ter revelado, por exemplo, suas crenças e conhecimentos sobre a relevância e acessibilidade de oportunidades internas de aprendizagem de línguas e a força política para a aquisição e revitalização da língua te reo māori. É patente que, partir das muitas perguntas inspiradas pela escolha da língua feita pelo meu colega, que a investigação linguística popular poderia ter ajudado a desconstruir as deliberações e atividades populares que deram vida à política de línguas.

5.2 Uma reflexão a partir da Austrália

Minha reflexão final é a partir do serviço público australiano. Embora o inglês não seja legalmente o idioma oficial, é sem dúvida o idioma nacional de trabalho e é cada vez mais ampliado por numerosos indígenas e imigrantes – que falam especialmente idiomas asiáticos e europeus. A política de línguas australiana tem, em termos gerais, promovido a diversidade linguística como um recurso valioso: isso inclui um incentivo para as competências linguísticas, para promover os interesses econômicos e internacionais da Austrália, promovendo e ensinando línguas comunitárias (INGRAM, 2003) e para proteger as línguas aborígenes que sofreram gravemente com a colonização. Além de compreender o fato de que o serviço público opera em inglês, a política de línguas na administração pública da Austrália se preocupa principalmente com a capacidade de resposta dos serviços governamentais à diversidade linguística e cultural da Austrália no que interessa aos acessos e à equidade (GOVERNO AUSTRALIANO, 2011). Para as organizações do serviço público, isso cria uma situação em que a narrativa oficial da política do governo defende o aproveitamento da diversidade linguística nos interesses da Austrália, mas é omissa quanto à língua na administração pública.

Como, então, um funcionário no serviço público australiano pode lidar com a diversidade linguística no desempenho de suas funções? Lembro-me de minha própria posição em uma equipe cujas responsabilidades incluíam a gestão bilateral de casos com parceiros internacionais. No caso de uma discussão particular por telefone com um escritório na Holanda, ficou claro que o vocabulário e a gramática relativos ao assunto apresentavam desafios perceptíveis para nossos colegas holandeses ao usar o inglês como língua estrangeira. As contínuas interrupções na comunicação significavam que um novo arranjo linguístico era imperativo para que as negociações, que favoreciam predominantemente os interesses australianos, pudessem progredir. Visto que eu possuía proficiência relativamente avançada em holandês, e tinha percebido que a minha proficiência em holandês era maior do que a de meus colegas holandeses em inglês, parecia lógico sugerir ao meu gerente – um anglo-australiano monolíngue que fala inglês – que conduzisse as discussões em holandês. Meu gerente recusou esta proposta, solicitou que as contrapartes holandesas contratassem os serviços de um intérprete e propôs continuar as negociações em inglês em uma data posterior. A menos que o gerente tivesse um motivo específico para evitar delegar as negociações a um membro da equipe, a decisão parece baseada na performance popular de uma política de línguas. O gerente aparentemente considerou imperativo que as negociações fossem em inglês e que os holandeses cumprissem esse requisito linguístico. Essa convicção parecia tão forte que a decisão do gerente não poderia nem mesmo ser influenciada pelas nuances da situação, como a de que era a Austrália – e não a Holanda – que tinha um interesse pessoal no resultado das negociações, que a Austrália tinha o idioma holandês como um recurso disponível e que os serviços de interpretação incorreriam em custos para o próprio público que o gerente procurava persuadir.

Uma primeira tarefa óbvia para um pesquisador de linguística popular teria sido identificar se a decisão do gerente de fato equivalia à política de línguas ou se outros objetivos estavam em jogo. Assumindo que a decisão foi expressão de uma política linguística, o objetivo seria descobrir as motivações linguísticas populares que levaram à decisão que ele tomou, incluindo qual política ou ideologia, se houver, o gerente tinha explícita ou implicitamente em mente na ausência de uma estrutura da língua local. Isso também teria motivado uma investigação sobre se o gerente estava mesmo ciente de que o governo incentivava explicitamente a diversidade linguística para promover os interesses internacionais da Austrália e se isso residia em suas deliberações. Como no exemplo da Nova Zelândia, é novamente possível que a tomada de decisão seja centrada em uma ideologia monolíngue, segundo a qual apenas o inglês deve servir como língua laboral nos locais de trabalho australianos. Se este for o caso, a pesquisa linguística popular pode ter revelado se essa ideologia foi compartilhada localmente ou se a abordagem do gerente foi individualizada e motivada por experiências pessoais ou por crenças. Também pode ter buscado revelar se – e por quê – o gerente evitou conscientemente a diversidade linguística nas negociações, ou se, por exemplo, como um monolíngue autoproclamado, a ideia de que um membro da equipe anglo-australiana pudesse possuir proficiência avançada em uma língua estrangeira seria algo que lhe superaria em nível de competência laboral. Mais pragmaticamente, a pesquisa pode ter procurado revelar a estratégia que o gerente buscou para executar sua decisão de política de

língua, como ele formulou essa estratégia e como ele relatou o evento como a experiência vivida por um não-linguista. O contexto transnacional das discussões, que meu gerente aparentemente viu como necessariamente situado em inglês, também pode ter temperado a investigação linguística popular. A preferência pelo inglês no diálogo internacional, embora o inglês e o holandês fossem opções práticas, pode ter encorajado uma linha de investigação sobre a participação do inglês como a língua internacional de muito sucesso, além de seu *status* doméstico na Austrália. Ao traçar possíveis conexões entre linguística popular, uma ideologia monolíngue e conceituações como as de De Swaan (2001), por meio das quais falantes de línguas centrais (como o holandês) adquirem línguas super-centrais (como o inglês) como línguas francas, a pesquisa pode ter descoberto que o gerente simplesmente presumia que as negociações deveriam aderir a uma cultura de negócios internacional que prescreve o inglês – sua língua nativa – como meio, mesmo que isso prejudique os holandeses nesse caso. Nesse sentido, a opção de conduzir os negócios do governo australiano em um idioma diferente do inglês talvez fosse tão estranha à cultura empresarial internacional que o gerente entendeu como ele deveria reagir imediatamente, defendendo as normas linguísticas como as conhecia.

As reflexões após o evento também podem ter sido valiosas no exame de qualquer impacto que a decisão da política de línguas possa ter nas ideias e no comportamento linguístico popular local no futuro. Isso poderia ter incluído, por exemplo, o quão bem-sucedida e apropriada o gerente considerou sua decisão e execução da política de línguas, como ele percebeu que sua decisão foi apropriada pelos holandeses e se o evento pode ou não ser um precedente estabelecido para futuras decisões de escolha de idioma. Esse discurso pode até ter revelado se ideologias concomitantes, como sobre o valor da diversidade linguística nos negócios do governo, foram revalidadas, matizadas ou mesmo alteradas após tal evento. O escopo dessa pesquisa deixa claro, a meu ver, que a linguística popular poderia ter examinado a máquina da política de línguas conforme ela foi executada e recontada por um não-linguista atuando e criando ideologia e política para resolver um problema linguístico.

6 Conclusão

A discussão que ofereci não é um resumo exaustivo das oportunidades que a linguística popular da política de línguas pode oferecer. Por outro lado, espera-se que essas poucas reflexões ilustrem não apenas a relevância da aplicação de uma ótica popular à política de línguas, mas também a natureza orientada para o fazer linguística, a amplitude e a profundidade da investigação que uma abordagem linguística popular pode inspirar. O papel tradicional da linguística popular na política de línguas e na etnografia das políticas linguísticas, ambas as quais ampliam de forma valiosa as narrativas da política de línguas com as perspectivas socioculturais do povo, sem dúvida permanece relevante. Minha tese é que quando a política de línguas se torna um tema definido do exame linguístico popular, surgem oportunidades únicas para examinar criticamente o que o povo sabe sobre questões a ela pertinentes e como isso, junto com a crença popular, é aproveitado para realizar a política de línguas. Isso faz avançar a relevância da linguística popular para a política de línguas, além da pesquisa orientada por crenças a que se tem limitado até agora. No mínimo, isso

acrescenta ao corpo de estudos as muitas maneiras pelas quais os não-linguistas participam da vastidão dos temas linguísticos que a pesquisa popular pode conceber. Tal fato, na minha opinião, torna a linguística popular da política de línguas um paradigma de pesquisa estimulante e uma contribuição valiosa para a linguística aplicada.

REFERÊNCIAS

- BAKER, C. Psycho-sociological analysis in language policy. In T. Ricento (Ed.), **An Introduction to Language Policy: Theory and Method** (pp. 210-228). Malden, MA: Blackwell, 2006.
- BAYARD, D. White turnips and mythical Moriori: Combatting folk linguistic and folk-anthropological myths in the popular press. **New Zealand English Journal**, v. 12, p. 6-20, 1998.
- BENSON, E. J. Folk linguistic perceptions and the mapping of dialect boundaries. **American Speech**, 78(3), 307-330, 2003.
- BLOMMAERT, J. Language ideology. In: BROWN, K. (Ed.). **Encyclopedia of Language; Linguistics**, Second Edition, Vol. 6, p. 510-522, 2006.
- CANAGARAJAH, S. (2006). Ethnographic methods in language policy. In: RICENTO, T. (Ed.), **An Introduction to Language Policy: Theory and Method**. Malden, MA: Blackwell, 2006. p. 153-169
- CHAVEZ, M. Learners' descriptions of German pronunciation, vocabulary, and grammar: A folk linguistic account. **Unterrichtspraxis/Teaching German**, vol. 42, issue 1, p. 1-18, 2009.
- HARLOW, R. **Māori: A Linguistic Introduction**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.
- HORNBERGER, N. H.; JOHNSON, D. C. Slicing the onion ethnographically: Layers and spaces in multilingual language education policy and practice. **TESOL Quarterly**, vol. 41, issue 3, p. 509-532, 2007.
- JOHNSON, D. C. Ethnography of language policy. **Language Policy**, vol. 8, issue 2, p. 139-159, 2009.
- KING, K. Language ideologies and heritage language education. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, vol. 3, issue 3, p. 167-184, 2000.
- LEWIS, G. E. **Bilingualism and Bilingual Education**. Oxford: Pergamon Press, 1981.
- LLEWELLYN, N.; HARRISON, A. Resisting corporate communications: Insights into folk linguistics. **Human Relations**, vol. 59, issue 4, p. 567-596, 2006.
- Marley, D. Language attitudes in Morocco following recent changes in language policy. **Language Policy**, vol 3, issue 1, p. 25-46, 2004.

- MCEWAN-FUJITA, E. Ideology, affect, and socialization in language shift and revitalization: The experiences of adults learning Gaelic in the Western Isles of Scotland. **Language in Society**, vol. 39, issue 1, p. 27-64, 2010.
- MCGREGOR, G. Folk linguistics, review of Folk Linguistics, ed. by N. Niecezielski and D.R. Preston. **Journal of Language and Social Psychology**, vol. 20, p. 480-483, 2001.
- NIEDZIELSKI, N; PRESTON, D. R. **Folk Linguistics**. Berlin: Walter de Gruyter, 1999.
- NIEDZIELSKI, N; PRESTON, D. R. Folk pragmatics. In: SENFT, G.; ÖSTMAN, J.-O.; VERSCHUEREN, J. (Eds.). **Culture and Language Use** (Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 146-155.
- PALMER, J. D. (1974). **Language ecology**. TESOL Quarterly, 225-232.
- PASQUALE, M.; PRESTON, D. The Folk Linguistics of Language Teaching and Learning. In: DROZDZIAL-SZELEST, K.; PAWLAK, M. (Eds.). **Psycholinguistic and Sociolinguistic Perspectives on Second Language Learning and Teaching**. Berlin Heidelberg: Springer, 2013. p. 163-174.
- PAVEAU, M.-A. Do non-linguists practice linguistics? An antieliminative approach to folk theories. **AILA Review**, vol. 24, issue 1, 40-54, 2011.
- PAVEAU, M.-A.; ROSIER, L. **La Langue Française**. Passions et Polémiques. Paris: Vuibert, 2008.
- PEARCE, M. A perceptual dialect map of north east England. **Journal of English Linguistics**, vol. 37, issue 2, p. 162-192, 2009.
- PRESTON, D. R. **Perceptual Dialectology**. Dordrecht: Foris, 1986.
- PRESTON, D. R. Folk dialectology. In: _____. (Ed.), **American Dialect Research**. Amsterdam: John Benjamins, 1993a. p. 333-377.
- PRESTON, D. R. **Two heartland perceptions of language variety**. FRAZER, T. C. (ed.). **"Heartland" English: Variation and Transition in the American Midwest**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1993b. p. 23-47.
- PRESTON, D. R. The uses of folk linguistics. **International Journal of Applied Linguistics**, vol. 3, issue 2, p. 181-259, 1993c.
- PRESTON, D. R. Content-oriented discourse analysis and folk linguistics. **Language Sciences**, vol. 16, issue 2, p. 285-331, 1994.
- PRESTON, D. R. Whaddayaknow?: The modes of folk linguistic awareness. **Language Awareness**, vol. 5, issue 1, p. 40-74, 1996a.
- PRESTON, D. R. Where the worst English is spoken. In: SCHNEIDER, E. W. (Ed.). **Focus on the USA**. Amsterdam: John Benjamins B.V, 1996b. p. 297-360.
- PRESTON, D. R. **Perceptual dialectology: Aims, methods, findings**. Trends in Linguistics Studies and Monographs. Vol. 137, p. 57-104, 2002.
- PRESTON, D. R. Methods in (applied) folk linguistics: Getting into the minds of the folk. **AILA Review**, vol. 24, issue 1, p. 15-39, 2011.

- RICENTO, T. (Ed.). **An Introduction to Language Policy: Theory and Method**. Malden, MA: Blackwell, 2006.
- SANDEL, T. L. Linguistic capital in Taiwan: The KMT's Mandarin language policy and its perceived impact on language practices of bilingual Mandarin and Tai-gi speakers. **Language in Society**, vol. 32, issue 4, p. 523-551, 2003.
- SCHIFFMAN, H. **Linguistic Culture and Language Policy**. New York: Routledge, 1995.
- SCHIFFMAN, H. Language policy and linguistic culture. In: RICENTO, T. (Ed.). **An Introduction to Language Policy: Theory and Method**. Malden, MA: Blackwell, 2006. p. 111-125.
- SPOLSKY, B. Towards a theory of language policy. **Working Papers in Educational Linguistics**, vol. 22, issue 1, p. 1-14, 2007.
- SPOLSKY, B. **Language Policy**: Cambridge University Press, 2004.
- SPOLSKY, B. **Language Management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- VERSHIK, A.; HLAVAC, J. Eto Leto Svet: Estonia's 2008 Eurovision song as a source of folk-linguistic controversy. **Monash University Linguistics Papers**, vol. 6, issue 2, p. 47-64, 2009.
- WEI, L. **Three Generations, Two Languages, One Family: Language Choice and Language Shift in a Chinese Community in Britain**. Clevedon: Multilingual Matters, 1994.
- WILTON, A.; STEGU, M. Bringing the "folk" into applied linguistics: An introduction. **AILA Review**, vol. 24, issue 1, p. 1-14, 2011.
- WILTON, A.; WOCHOLE, H. Linking past and present: A view of historical comments about language. [Article]. **AILA Review**, vol. 24, issue 1, p. 55-67, 2011.

Recebido em dezembro de 2020

Aceito em maio de 2021.

Publicado em 30 de agosto de 2021.

SOBRE O AUTOR

Nathan John Albury é doutor em sociolinguística pela Universidade de Oslo. É bolsista do programa Marie Curie COFUND LEaDing Fellows na Universidade de Leiden. Antes disso, ele foi professor assistente de sociolinguística e linguística aplicada na Universidade Politécnica de Hong Kong. Suas pesquisas versam sobre política e planejamento linguístico, atitudes e ideologias linguísticas, linguística popular, consciência linguística, linguagem e etnia e construção de língua e nação.
E-mail: n.j.albury@bb.leidenuniv.nl
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3471-4939>

SOBRE O TRADUTOR

Julio Bonatti Santos é doutorando em Ciências Sociais na Universitat de València, Espanha. Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Foi pesquisador visitante na School of Languages and Applied Linguistics, The Open University (Reino Unido), como bolsista CAPES (PRINT: Programa Institucional de Internacionalização). Mestre e bacharel em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, UNESP. É membro do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais - LEEDiM - UFSCar/CNPq. Atuou como professor de diversas disciplinas da área de Ciências Humanas na Universidade de Franca (UNIFRAN - Grupo Cruzeiro do Sul Educacional). Pesquisou História dos Intelectuais, História do Pensamento Econômico, História Política com o Tribunal Internacional de Crimes de Guerra e o problema discursivo da construção da autoria. Atualmente se interessa por pesquisa na área de Sociologia da Violência e em Análise de Discurso.

E-mail: juliobonatti@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1892-1786>